

PÁGINA 5

No dia em que a Receita Federal deflagrou uma megaoperação contra fraude no setor de combustíveis, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou a importância de um diálogo direto com o governo dos Estados Unidos para coibir crimes de evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Ao falar com jornalistas na porta do Ministério da Fazenda ontem, Haddad explicou que os criminosos usam o estado de Delaware, nos Estados Unidos, como paraíso fiscal para tirar ilegalmente dinheiro do Brasil, sem a devida declaração, e depois trazê-lo de volta "lavado". "A última operação foi de R\$ 1,2 bilhão de envio para esses fundos em Delaware, e que voltam pra cá na forma de aplicação, como se fosse um investimento estrangeiro". **PÁGINA 2**

As forças de segurança realizaram, ontem, o quarto dia da Operação Barricada Zero em várias comunidades do Rio de Janeiro e no Complexo de Israel, na Cidade Alta, em Cordovil. Iniciada durante a madrugada, as equipes da Polícia Militar fecharam a Avenida Brasil por 40 minutos, nos dois sentidos, para evitar que traficantes da facção criminoso Terceiro Comando Puro (TCP) atirassem do alto da comunidade para a Avenida Brasil em direção aos ônibus urbanos, como já fizeram em outras vezes, quando mataram um homem que ia para o trabalho. Agora, a via expressa foi fechada de maneira preventiva para que as equipes de segurança pudessem entrar no Complexo de Israel. **PÁGINA 5**

A emissão de títulos vinculados aos juros fez a Dívida Pública Federal (DPF) subir em outubro. Segundo números divulgados ontem, em Brasília, pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 8,122 trilhões em setembro para R\$ 8,253 trilhões em outubro, alta de 1,62%. Em agosto, o indicador superou pela primeira vez a barreira dos R\$ 8

O Brasil fechou o mês de outubro com saldo positivo de 85.147 empregos com carteira assinada. O balanço é do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O resultado de outubro decorreu de 2.271.460 admissões e de 2.186.313 desligamentos no período.

O Partido Liberal (PL) suspendeu o salário e as atividades do ex-presidente Jair Bolsonaro após ele começar a cumprir a pena de 27 anos de prisão à qual foi condenado. O partido informa que vai cancelar as atividades e a remuneração de Bolsonaro, que é presidente de honra do partido, em razão da suspensão dos direitos políticos devido à condenação, "enquanto perdurarem os efeitos do acórdão condenatório na AP (ação penal) 2.668". O partido diz que a medi-

trilhões. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), revisado em setembro, o estoque da DPF deve encerrar 2025 entre R\$ 8,5 trilhões e R\$ 8,8 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) avançou 0,31%, passando de R\$ 7,82 trilhões em setembro para R\$ 7,948 trilhões em outubro. **PÁGINA 3**

do. O saldo de empregos formais no mês passado foi menor que o registrado em setembro, que ficou em 213.002. Em outubro de 2024, o saldo de empregos formais foi de 131.603, segundo o Caged. No acumulado dos últimos 12 meses (novembro de 2024 a outubro de 2025) o saldo chega a 1.351.832, menor que o saldo observado no período . **PÁGINA 2**

O Congresso Nacional derrubou, ontem, 56 vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva **(foto)** ao projeto de lei (PL) que elimina ou flexibiliza regras para o licenciamento ambiental no Brasil. O texto foi apelidado pelos críticos de “PL da Devastação”. No total, foram analisados 59 vetos. Os parlamentares apreciaram ainda 28 destaques apresentados pelo PT e PSOL, como forma de tentar manter os vetos presidenciais. Na Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados por 295 votos a 167. No Senado, foram 52 a 15 pela derrubada. O governo conseguiu, por outro lado, adiar a análise de sete dos vetos referentes ao Licenciamento Ambiental Especial (LAE), nova modalidade criada que previa o licenciamento de forma simplificada e com “fase única” para obras consideradas “estratégicas”. Ao vetar o dispositivo da LAE, o Executivo editou a Medida Provisória (MP) 1308 de 2025, mantendo a previsão desse instrumento ambiental. Porém, em vez de licenciamento em fase única, a MP editada pelo governo prevê equipes exclusivas destinadas para dar celeridade aos licenciamentos de obras consideradas estratégicas, mantendo todas as fases hoje previstas para liberação de empreendimentos. **PÁGINA 7**

IBOVESPA 1,70% / 158.559,72 / 2.649,54 / Volume: 26.834.732.189 / Negócios: 3.582.009									Bolsas no mundo			Salário mínimoR\$ 1.412,00		IGP-M-0,36% (out.)		Euro turismo		
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas						Ufir-RJR\$ 4.5373		IPCA0,09% (out.)		Compra: 6,2681Venda: 6,4481		
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.							
GOLL54	4,89	-3,17	-0,16	OIBR3	0,10	+100,00	+0,05	BMKS3	387,00	-24,13	-123,06	S&P 500	6.812,61	+0,69	(05/11)	15%	14,90%	Dólar Ptax - BC
RAIL3	16,84	+9,14	+1,41	OIBR4	2,02	+27,85	+0,44	BHIA3	3,230	-20,44	-0,830	NASDAQ Composite	23.214,689	+0,82	(27/11)	0,1740%	0,6749%	Compra: 5,3694Venda: -0,27%
OIBR3		0,10+100,00	+0,05	REAG3	1,600	+25,98	+0,330	EQPA5	5,36	-14,24	-0,89	Nasdq 100	25.236,939	+0,87	Poupança(27/11)	0,6749%		Dólar comercial
CSAN3	6,08	+3,58	+0,21	CITSA3	2,84	+20,85	+0,49	AZEV3	0,21	-12,50	-0,03	Euronext 100	1.699,62	+1,10				Compra: 5,3340Venda: 5,3346
POMO4	6,44	+0,63	+0,04	NORD3	4,57	+17,18	+0,67	SEQL3	0,550	-11,29	-0,070	CAC 40	8.096,43	+0,88				Dólar turismo
															Comprado: 6,1839	Vendido: 6,1845		Compra: 5,3646Venda: 5,5446

QAV

Camex autoriza uso de fundo para baratear querosene de aviação

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

As companhias aéreas brasileiras poderão financiar a compra de querosene de aviação (QAV) com cobertura do Fundo de Garantia às Exportações (FGE). O Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou, ontem, em Brasília, a criação de mecanismo que permitirá que as aéreas busquem até R\$ 2 bilhões em crédito com a garantia do fundo.

Em troca de ter acesso à garantia do FGC, que resulta em crédito com juros menores, as companhias aéreas terão de estimular o desenvolvimento do mercado de combustível sustentável de aviação (SAF) no Brasil. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), as companhias podem exercer a contrapartida de três maneiras:

- comprar combustível sustentável de aviação produzido nacionalmente;
- investir em fábricas nacionais de produção de SAF;
- fazer aportes no Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT), em projetos relacionados ao SAF.

CUSTOS MENORES

Segundo o Mdic, a iniciativa pretende reduzir custos operacionais das companhias aéreas e apoiar a transição energética no setor. O ministério informou que a proposta foi elaborada pelos dez ministérios membros da Camex, pela Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos e pela Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear).

A medida tende a beneficiar diretamente a Azul, que apresentou à justiça dos Estados

Unidos um plano de recuperação judicial e busca comprovar maior solidez financeira para viabilizar sua homologação. O novo mecanismo trará um reforço imediato ao caixa, equivalente a capital de giro para compra de combustível.

Antes da decisão do Gecex, o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Config) havia autorizado, em maio, a aplicação do FGE para reduzir o custo do QAV. A aprovação abriu caminho para a decisão desta quinta-feira.

MEDIDAS DE DEFESA

O Gecex-Camex também deliberou sobre medidas de defesa comercial e competitividade industrial. O órgão aprovou a prorrogação - por até cinco anos - do direito antidumping definitivo aplicado a pneus de motocicletas originários da China, Tailândia e Vietnã. O Gecex decidiu, ainda, manter medidas antidumping sobre alto-falantes automotivos e revogar o direito provisório sobre fios de náilon por razões de interesse público.

As tarifas antidumping são sobretaxas autorizadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), quando é comprovada que os produtos importados são vendidos abaixo do custo de produção, o que prejudica o concorrente nacional.

O Gecex-Camex aprovou outros 17 pedidos brasileiros no mecanismo de desabastecimento, que permite reduzir ou zerar tarifas de importação quando há falta de produtos no mercado interno. Foram reduzidas temporariamente tarifas de importação de insumos considerados essenciais, como tintas para impressão, fibras têxteis de alta tenacidade e componentes eletrônicos.

IGP-M

Inflação do aluguel cai 0,11% em 12 meses; 1º recuo desde maio de 24

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A inflação do aluguel ficou negativa no acumulado de 12 meses pela primeira vez desde maio de 2024. O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) registra -0,11% no período de dezembro de 2024 a novembro de 2025. Os dados foram divulgados ontem pela Fundação Getúlio Vargas.

O comportamento do IGP-M em 12 meses é observado de forma atenta por inquilinos, sejam comerciais ou residenciais, porque o indicador costuma ser muito utilizado no cálculo do reajuste anuais dos contratos de aluguel. Em maio de 2024, o acumulado era de -0,34%. Desde então, todas as taxas estavam positivas, chegando a atingir 8,58% em março de 2025.

COMPONENTES

A FGV leva em conta três componentes para apurar o IGP-M. O maior peso é o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede a inflação senti-

da pelos produtores e responde por 60% do IGP-M cheio.

Outro componente é o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que responde por 30% do indicador. O terceiro elemento é o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC). O economista do Ibre Matheus Dias aponta que a deflação acumulada é explicada pelos preços no atacado, que recuaram 2,06%. “Em boa parte de 2025 prevaleceram quedas expressivas de preços, tanto de produtos industriais quanto agropecuários.” O IPC avançou 3,95%; e o INCC, 6,41%.

MÊS ATUAL

Especificamente no mês de novembro, o IGP-M marcou 0,27%, invertendo o resultado de queda de outubro (-0,36%).

Mesmo com a alta no mês, o acumulado de um ano passou de inflação (em outubro somava 0,92%) para deflação. Isso se explica porque saiu da conta o dado de novembro de 2024, quando a inflação do aluguel tinha subido 1,30%.

CAGED

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

Brasil fechou o mês de outubro com saldo positivo de 85.147 empregos com carteira assinada. O balanço é do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O resultado de outubro decorreu de 2.271.460 admissões e de 2.186.313 desligamentos no período.

O saldo de empregos formais no mês passado foi menor que o registrado em setembro, que ficou em 213.002. Em outubro de 2024, o saldo de empregos formais foi de 131.603, segundo o Caged.

No acumulado dos últimos 12 meses (novembro de 2024 a outubro de 2025) o saldo chega a 1.351.832, menor que o saldo observado no período de novembro de 2023 a outubro de 2024, quando foram gerados 1.796.543 postos de trabalho.

Com o resultado o estoque de empregos, no país chega a 48.995.950 vínculos celetistas.

SETORES

Dois dos cinco grandes

agrupamentos apresentaram resultado positivo, os demais ficaram praticamente em estabilidade.

O setor de serviços fechou o mês com 82.436 e o comércio com 25.592. A indústria ficou com decréscimo de 10.092 (-0,1%); a construção civil ficou com decréscimo de 2.875 (-0,1%) e a agropecuária registrou saldo negativo de 9.917 vagas (-0,5%).

ESTADOS

No mês passado foi registrado o saldo positivo em 21 dos 27 estados da federação. Em números absolutos, o destaque ficou com São Paulo, com 18.456; o Distrito Federal, com 15.467 e Pernambuco, com 10.596.

Proporcionalmente, o destaque também ficou para o Distrito Federal que cresceu 1,5%, Alagoas, com 1% e Amapá, com 0,7%. Do total de postos gerados no mês, 67,7% foram considerados típicos e 32,3% não típicos, com destaque para trabalhadores com jornada de trabalho intermitente que somaram 15.056 e trabalhadores com jornada de 30 horas ou menos, que ficaram com 10.693 vagas.

EVASÃO DE DIVISAS

Haddad quer parceria entre Brasil e EUA contra organizações criminosas

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

No dia em que a Receita Federal deflagrou uma megaoperação contra fraude no setor de combustíveis, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou a importância de um diálogo direto com o governo dos Estados Unidos para coibir crimes de evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

Ao falar com jornalistas na porta do Ministério da Fazenda ontem, o ministro explicou que os criminosos usam o estado de Delaware, nos Estados Unidos, como paraíso fiscal para tirar ilegalmente dinheiro do Brasil, sem a devida declaração, e depois trazê-lo de volta “lavado”.

“A última operação foi de R\$ 1,2 bilhão de envio para esses fundos em Delaware, e que voltam pra cá na forma de aplicação, como se fosse um investimento estrangeiro. Mas, na verdade, o dinheiro saiu daqui.”

Ele e o ministro da Justiça, Ri-

cardo Lewandowski, já conversaram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a urgência dessa articulação com o país da América do Norte.

Além disso, Haddad afirmou que, a partir dessas investigações, a Polícia Federal vai atuar na recuperação de ativos no exterior e mobilizar a Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol).

“Fizemos uma representação perante o Ministério Público Federal no Rio de Janeiro. São 300 páginas de toda a movimentação financeira e do esquema criminoso para que a justiça do Rio de Janeiro dê impulso a esses processos”, detalhou.

POÇO DE LOBATO

A Operação Poço de Lobato foi deflagrada ontem em cinco estados para desarticular esquema de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro no setor de combustíveis.

Os mandados foram cumpri-

SALÁRIO

O salário médio real de admissão em outubro foi de R\$ 2.304,31, um aumento de R\$17,28 (0,8%) em comparação com o valor de setembro que foi de R\$ 2.287,02.

“Para os trabalhadores considerados típicos o salário real de admissão foi de R\$ 2.348,20 (1,9% mais elevado que o valor médio), enquanto para os trabalhadores não típicos foi de R\$ 1.974,07 (14,3% menor que o valor médio)”, informou o ministério.

As mulheres conquistaram a maioria das vagas, com 65.913. Já os homens somaram 19.234 novos empregos. Elas apresentaram maior número de contratos nos setores de serviços (52.003, ante 30.433 dos homens).

Já os jovens de 18 a 24 anos representaram 80.365 das contratações e os adolescentes até 17 anos 23.586. Esses dois grupos foram mais contratados no setor de Serviço, com 54.528 vagas; Comércio, com 32.203 e na Indústria de Transformação, com 10.051.

QUEDA NOS EMPREGOS

O ministro do Trabalho e Em-

prego, Luiz Marinho, creditou a queda no número de vagas à política de juros do Banco Central, que manteve a taxa de juros básica da economia, a Selic. A taxa, que estava em 10,5% ao ano até setembro do ano passado, foi elevada para 15% ao ano.

“Venho chamando atenção desde maio ou junho da necessidade de o Banco Central, que tem a necessidade de monitoramento e as decisões de aumento, manutenção ou decréscimo da taxa Selic, olhar com atenção, pois a economia entraria num processo de desaceleração. O problema é que se você vai desacelerando, uma hora o carro vai parar”, pontuou.

Segundo ele, é momento de o Banco Central tomar medidas em relação ao monitoramento das taxas de juros.

“Há um grande entendimento de que isso está inibindo o ritmo dos investimentos. Tem investimentos comprometidos por parte das empresas que desaceleram por conta dos juros. É hora mais que urgente o Banco Central ter a sensibilidade de entender ser necessário esse processo [de diminuição dos juros]”, acrescentou.

dir ao Congresso para concluir a votação do texto do devedor contumaz, um projeto de lei que cria um regime específico para punir o contribuinte que sonega impostos de forma deliberada e recorrente.

O texto já foi aprovado no Senado e aguarda a tramitação na Câmara.

“É um apelo que eu deixo aqui, é um trabalho que fazemos há três anos. Aperfeiçoamos o texto, incluímos na lei uma série de benefícios para o bom contribuinte, para separar o joio do trigo”, disse o ministro. Segundo ele, o projeto de lei protege “99%” dos contribuintes honestos.

“Uma lei muito equilibrada. Se não fosse, não teria passado com unanimidade no Senado”, disse.

“Se conseguirmos sancioná-lo ainda este ano, vamos entrar no ano que vem mais fortes nesse tema”, completou.

para R\$ 4,6 bilhões

Segundo a Fazenda, aproximadamente 85% do sublimite para contratações em operações relacionadas ao Novo PAC já foi comprometido. Além disso, parte do espaço fiscal reservado às operações dos programas de Ajuste Fiscal e do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PAF) não vai ser usado em 2025, o que permitiu ao CMN realocar esse valor.

A pasta afirma que a realocação não terá impacto negativo na projeção de resultado primário dos entes subnacionais.

Educação

Escolas têm tecnologia curricular e interação com alunos e famílias

VANESSA FAJARDO/AE

Educar no século 21 significa ir além do currículo tradicional. Atualmente, 92% das crianças e adolescentes brasileiros entre 9 e 17 anos são usuários de internet, o que representa 24,5 milhões de pessoas, segundo a pesquisa TIC Kids Online Brasil 2025, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br).

A preocupação chega às escolas, que ampliam o olhar para além dos conteúdos obrigatórios e começam a formar estudantes capazes de navegar com responsabilidade, segurança e senso crítico na internet e nas redes sociais. Da Educação Infantil ao Ensino Médio, cresce o número de iniciativas voltadas a desenvolver competências digitais e midiáticas.

O "Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023: Tecnologia na educação: uma ferramenta a serviço de quem?", da Unesco, aponta as competências digitais como parte de um pacote básico de aprendizagem, reconhecendo

que essas habilidades são cada vez mais indispensáveis na vida moderna. Algumas delas são, segundo a publicação, discernimento para avaliar informações de forma crítica, de participar de ambientes colaborativos virtuais, protegidos pessoais e entender os riscos online, além de produzir conteúdos digitais com responsabilidade, entre outras.

CONHECIMENTO

Esse tema é presente no Colégio Magno Mágico de Oz, em São Paulo, onde a gestão integra ao ambiente escolar tudo aquilo que desperta o interesse dos alunos. A diretora Cláudia Tricate explica que, embora crianças e adolescentes sejam muito envolvidos com tecnologia e dominem diversas ferramentas, ainda carregam a ingenuidade própria da idade e, por isso, precisam de apoio.

"Até para que fiquem, no termo que eles mesmos usam, espertos (. .) Em todas as séries, tanto nas atividades regulares quanto nas extracurriculares, o ponto de partida é entender o interesse deles.

PREFEITURA

Justiça mantém decisão que barra proibição de mototáxi

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negou na quarta-feira passada, um pedido da Prefeitura de São Paulo para suspender a decisão que derrubou o decreto municipal que proibia o transporte de passageiros por motocicleta por aplicativos.

A gestão Ricardo Nunes (MDB) pediu o efeito suspensivo na última. Em setembro deste ano, o TJ decidiu que o decreto da prefeitura que vetava a modalidade de transporte era inconstitucional. O Judiciário acrescentou ainda que o Executivo municipal deve regula-

mentar o serviço no prazo de 90 dias. Com isso, a volta do serviço ficou definida para 11 de dezembro.

Em coletiva de imprensa ontem, o prefeito subiu o tom e afirmou que a liberação irá representar uma "carnificina" na cidade.

"Se a gente não conseguir vencer essa batalha, muitas pessoas não vão passar o Natal com suas famílias, muitas pessoas não entrarão em 2026. Muitas pessoas vão morrer. Vão perder os braços. Vai ser uma carnificina".

Até quando Prefeitura de

SP deve regulamentar serviço de mototáxi? O que acontece agora?

No pedido, a prefeitura solicitava a suspensão imediata da decisão que permitiu a volta do serviço até que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue o recurso extraordinário.

O presidente do TJSP, Antônio Torres Garcia, diz na decisão que já há precedente no STF estabelecendo que apenas uma lei federal poderia impedir o funcionamento da modalidade de transporte.

"Já há precedente daquele Tribunal, na ADI 7.852/SP, no

sentido de que a matéria é reservada à lei federal, que não põe óbices à existência dessa modalidade de transporte", diz um trecho da decisão.

A prefeitura alegou à Justiça que permitir o funcionamento do serviço "sem qualquer regulamentação, controle de segurança ou capacidade de fiscalização" provocaria "aumento da frota circulante, explosão de acidentes e um risco real de colapso no sistema público de saúde, que no momento já sente os impactos diante do recorde histórico de ocorrências envolvendo motocicletas".

FALSO MOUNJARO

PF mira quadrilha que fabricava e vendia remédio para emagrecer

RENATA OKUMURA/AE

A Polícia Federal deflagrou, ontem, uma operação para desarticular uma quadrilha envolvida na produção, fracionamento e comercialização ilegal de tirzepatida, princípio ativo do medicamento Mounjaro, utilizado para tratamento de diabetes e obesidade. Nas embalagens das caixas, constam o nome do princípio ativo.

Foram cumpridos 24 mandados de busca e apreensão nos estados de São Paulo, Rio de Ja-

neiro, Bahia e Pernambuco, em clínicas, laboratórios, estabelecimentos comerciais e residências ligadas aos investigados. Foram apreendidos relógios de marca, carros de luxo e também aeronave.

"A investigação identificou que o grupo mantinha estrutura de fabricação em condições incompatíveis com padrões sanitários, realizando envase, rotulagem e distribuição do produto de forma irregular", segundo a PF. A operação é realizada com o apoio da Agência Nacional de

Vigilância Sanitária (Anvisa) e das Vigilâncias Sanitárias dos estados de São Paulo, Bahia e Pernambuco.

PRODUÇÃO

Indícios de produção em série em escala industrial, prática não permitida no âmbito da manipulação magistral autorizada pela legislação vigente, foram descobertos, segundo a investigação.

Ainda de acordo com a PF, a apuração também revelou a comercialização do material por meio de plataformas digitais.

"Sem controles mínimos de qualidade, esterilidade ou rastreabilidade, elevando o risco sanitário ao consumidor. Além disso, estratégias de marketing digital induziam o público a acreditar que a produção rotineira da tirzepatida seria permitida", disse.

As ações realizadas ontem buscaram interromper a atividade ilegal, identificar os envolvidos na produção e distribuição, e coletar materiais para análise e perícia dos itens confiscados.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 13ª EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 135ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 135ª Emissão, em Série Única, da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela AI Bodytech Participações S.A. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 18 de dezembro de 2025, às 16 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste digital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a alteração da Conta Vinculada (conforme definida nos Documentos da Operação), que passará a corresponder às contas correntes nº 00105919-8, 00105921-4 e 00105917-0, todas mantidas na agência 0001 da Vórtix Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (código 310); e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial- CRI BODYTECH 135", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>); nas páginas do Agente Fiduciário (<https://www.oslodtm.com/AgenteFiduciario/>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 28 de novembro de 2025

Nathália Machado Loureiro - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 76ª (SEPTUAGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 76ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 76ª (Septuagésima Sexta) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos por Sempre Agtech LTDA. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 19 de dezembro de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a prorrogação: (a) da parcela ("PMT") prevista no Anexo I – Cronograma de Pagamentos da Amortização Ordinária e da Remuneração das CPR-Fs, originalmente devida em 26 de novembro de 2025, para o dia 18 de dezembro de 2025 ("Nova Data de Pagamento das CPR-Fs"); e (b) da PMT dos CRA, prevista no Anexo II – Cronograma de Pagamentos da Remuneração e Amortização do Termo de Securitização e originalmente devida em 28 de novembro de 2025, para o dia 20 de dezembro de 2025 ("Nova Data de Pagamento dos CRA"). Fica consignado que, em razão do prazo mínimo de convocação estabelecido na Cláusula 13.3.2 do Termo de Securitização e no Artigo 26, §1º, da Resolução CVM nº 60, tais PMTs vencerão antes da realização desta Assembleia. Em caso de aprovação deste item, o eventual inadimplemento verificado entre as datas de vencimento originais e as respectivas Novas Datas de Pagamento ficará integralmente afastado, não gerando efeitos de mora, aplicação de penalidades, encargos adicionais ou caracterização de Evento de Vencimento Antecipado, conforme previsto no Termo de Securitização e nos Anexos aplicáveis; (ii) Aprovar a concessão de waiver para sustação dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1, subitem (i), das CPR-Fs, em razão da não manutenção do Valor do Fundo de Despesas, bem como da sua recomposição temporária, conforme previsto na Cláusula 14.2, das CPR-Fs, bem como na Cláusula 1.1 do Termo de Securitização; (iii) Caso aprovado o item (ii) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 2 (dois) Dias Úteis, contados da data de formalização da ata de assembleia, para regularização do referido descumprimento, ficando consignado que, na hipótese de não recomposição do Fundo de Despesas pela Devedora, os valores correspondentes deverão ser arcados pelos Titulares dos CRA, nos termos da Cláusula 15.5 do Termo de Securitização; (iv) Aprovar a concessão de waiver para que não seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 8.2, subitem (i), das CPR-Fs, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de registrar o 2º Aditamento à CPR-F IFCA, nos cartórios competentes, nos termos da Cláusula 17.8 das CPR-Fs; (v) Aprovar a concessão de waiver para que não seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 8.2, subitem (ii), das CPR-Fs, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de comprovar a notificação ao Agente de Custódia acerca dos termos do Contrato de Cessão Fiduciária CDAAWA, nos termos da Cláusula 3.1, subitem (i) do Contrato de Cessão Fiduciária CDAAWA; (vi) Caso aprovado os itens (iv) e (v) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data de formalização da ata de assembleia, para regularização dos referidos descumprimentos; e (vii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail juridico@trusteibvm.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRA SEMPRE 76", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRA indicado nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 28 de novembro de 2025. **Amanda Martins Ribeiro** - Diretora de Securitização

SALÁRIO DE R\$ 21 MIL

Governo de SP lança concurso para auditor fiscal do estado

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo publicou nesta quinta-feira, no Diário Oficial do Estado, o edital nº 02/2025 referente ao concurso público para o cargo de auditor fiscal da Receita Estadual. A remuneração inicial para a carreira é de R\$ 21.177,10.

O certame, que marca um momento histórico para a Administração Tributária paulista, oferece 200 vagas destinadas a profissionais com formação no ensino superior em quaisquer áreas de conhecimento, desde que reconhecidos pelo Ministério da Educação. São 150 vagas para a área de conhecimento de Gestão Tributária e 50 para a área de conhecimento de Tecnologia da Informação e Comu-

nicação.

As inscrições estarão abertas no período de 3 de dezembro de 2025 até 9 de janeiro de 2026 exclusivamente no endereço eletrônico www.concursosfcc.com.br. A taxa de inscrição é de R\$ 170.

As provas objetivas estão previstas para 28 de fevereiro e 1º de março de 2026.

As provas serão realizadas nas cidades de Araçatuba, Araquara, Bauru, Campinas, Guarulhos, Jundiaí, Marília, Osasco, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São Bernardo do Campo, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo e Sorocaba, conforme opção indicada pelo candidato na inscrição e estão previstas para:

- Prova Objetiva (P1 – Conhe-

- cimentos Gerais): dia 28/02/2026 (sábado), período da tarde;
- Prova Objetiva (P2 – Conhecimentos Básicos): dia 01/03/2026 (domingo), período da manhã;
- Prova Objetiva (P3 – Conhecimentos Específicos): dia 01/03/2026 (domingo), período da tarde.

A Comissão Organizadora do Concurso ressalta que todas as informações — requisitos, conteúdo programático, cronograma e orientações aos candidatos — estão detalhados no edital oficial.

Além do portal do Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.doe.sp.gov.br), o edital completo estará disponível no

endereço eletrônico da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br) – responsável pela organização e execução do processo seletivo -, e no portal oficial de Concursos do Governo Estadual (www.concursopublico.sp.gov.br/).

SONEGAÇÃO

O concurso contemplará etapas destinadas a selecionar profissionais altamente qualificados para atuar na fiscalização, no combate à sonegação, na promoção da justiça fiscal e no fortalecimento da arrecadação tributária — pilares essenciais para o financiamento das políticas públicas e para o desenvolvimento econômico do Estado.

A abertura do edital representa um investimento estratégico na modernização da Receita Estadual, que se prepara para os desafios do novo cenário tributário brasileiro, especialmente diante da implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e das profundas transformações previstas na reforma tributária.

BARRICADA ZERO

Avenida Brasil é interditada e carros são incendiados

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

As forças de segurança realizaram, ontem, o quarto dia da Operação Barricada Zero em várias comunidades do Rio de Janeiro e no Complexo de Israel, na Cidade Alta, em Cordovil.

Iniciada durante a madrugada, as equipes da Polícia Militar fecharam a Avenida Brasil por 40 minutos, nos dois sentidos, para evitar que traficantes da facção criminosa Terceiro Comando Puro (TCP) atirassem do alto da comunidade para a Avenida Brasil em direção aos ônibus urbanos, como já fizeram em outras vezes, quando mataram um homem que ia para o trabalho.

Agora, a via expressa foi fechada de maneira preventiva para que as equipes de segurança pudessem entrar no Complexo de Israel. Com a chegada das equipes da PM os traficantes trocaram tiros com os militares e incendiaram várias barricadas e atearam fogo em veículos para impedir o deslocamento da polícia. Quatro unidades de saúde da região da Cidade Alta suspenderam preventivamente o atendimento à população.

TIROS EM ÔNIBUS

A região é comandada pelo traficante Álvaro Malaquias Santa Rosa, o Peixão, que dá or-



PREFEITURA DO RIO

dens para que os traficantes atirem nos ônibus para desviar a ação da polícia.

O coordenador da Operação Barricada Zero, Edu Guimarães, disse, em entrevista coletiva, “que algumas comunidades estão livres das barricadas. Os órgãos do Estado do Rio e do município vão monitorar para garantir que essas barricadas não retornem. É importante que a população também participe ativamente desse monitoramento, principalmente a partir do Disque Denúncia. O canal está com um programa preparado para receber denúncias e repassar as informações para a coordenação da operação”.

OBSTÁCULOS

Somente ontem, foram retiradas mais 318 toneladas de materiais utilizados por criminosos

para fazer barricadas em comunidades localizadas na zona norte do Rio e nos municípios de São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Mesquita e Queimados.

Desde o início da ação, coordenada pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), em quatro dias da ação, foram extraídas 1.500 toneladas de obstáculos, possibilitando o enfraquecimento das organizações criminosas e a liberação das vias para a população das comunidades.

Durante a manhã, criminosos tentaram impedir a atuação policial no bairro do Campinho e chegaram a atirar contra os agentes. Na Cidade Alta, eles incendiaram pneus e outros objetos.

“Tivemos confronto nas comunidades do Campinho e do

Fubá, mas conseguimos estabilizar o terreno e liberamos a região para o trabalho das equipes. Adotamos protocolos de segurança na Cidade Alta com o fechamento preventivo da Avenida Brasil para proteger e garantir a integridade física das pessoas”, afirmou o secretário de Polícia Militar, coronel Marcelo de Menezes.

Na região da Cidade Alta, foram removidos oito veículos incendiados que estavam sendo utilizados como barricadas. A PM prendeu dois criminosos que portavam dois fuzis.

INVESTIGAÇÕES

A Polícia Civil reforça as investigações relacionadas à Operação Barricada Zero. A corporação prendeu dois criminosos responsáveis por atirar contra um servidor da prefeitura que auxiliava na retirada de barricadas no Corte Oito, em Duque de Caxias, no segundo dia de operação, na terça-feira passada.

“Prendemos, em menos de 24 horas, os dois homens envolvidos no disparo de arma de fogo que alvejou o operador de retroescavadeira numa comunidade em Duque de Caxias. A Polícia Civil vai continuar investigando todos os fatos relacionados à operação”, disse o diretor do Departamento Geral de Polícia da Baixada Fluminense, delegado Gabriel Ferrando.

PETROBRAS

Rio se prepara para inaugurar árvore de Natal da lagoa

ALICE RODRIGUES/ABRASIL

Marco do Rio de Janeiro, a árvore de natal da Lagoa Rodrigo de Freitas estará de volta após cinco anos de hiato. Com 60 metros de altura e cerca de 20 quilômetros de lâmpadas LED, a festa de iluminação da nova árvore do Rio será no dia 6 de dezembro, uma sexta-feira.

“Isso é especialmente simbólico porque, apesar de (ser) um projeto de tantos anos, a capacidade da gente se reinventar, inovar e trazer novidades é constante”, explica Duda Magalhães, presidente da *Dream Factory*, empresa que toca o projeto.

Ela estima que duzentas mil pessoas irão ver a inauguração. Descontinuada por problemas de patrocínio e por conta da pandemia de covid-19, a árvore chegou a ter uma edição especial em 2023, porém, com uma estrutura menor e montada em terra firme, fora do espelho d’água da lagoa.

LOCAL ORIGINAL

Este ano, a Petrobras entra como a nova patrocinadora, junto com subsídios da Lei Rouanet, e a iniciativa retorna ao local original.

“Não somos mais a capital da República Federativa do Brasil, mas somos a eterna capital”, disse Duda. E arrematou: “Quando o Rio brilha, o Brasil inteiro irá sorrir”.

Para Magda Chambriard, presidente da Petrobras, o retorno da árvore à Lagoa Rodrigo de Freitas é um dos símbolos de recuperação tanto da cidade quanto da própria empresa petrolífera.

“Pensando na retomada,

pensando no Rio de Janeiro como a capital do petróleo, porque quase toda a produção do Brasil vem do estado do Rio, pensando que a nossa sede é no Rio de Janeiro, por que não a árvore de Natal da Lagoa? [Ela é] um símbolo do Brasil, um símbolo dos cariocas, exercendo esse papel de símbolo dessa retomada”, enfatizou.

Outra novidade situa-se no ritual de iluminação. A *Dream Factory* firmou parceria com o Santuário do Cristo Redentor, que promete um show diário de luzes que conecta a árvore à imagem do Cristo Redentor. Além disso, estão previstos shows de diversos artistas no período de exibição da árvore do Rio, como Diogo Nogueira, a Orquestra Petrobrás Sinfônica e cantatas típicas de Natal.

Todos os eventos são gratuitos, até o desligamento no dia 6 de janeiro, uma terça-feira.

SUSTENTABILIDADE

Magda Chambriard também anunciou a grande inovação do projeto de 2025: a iluminação da árvore foi projetada utilizando diesel renovável, um combustível produzido através de matérias-primas renováveis.

Esse tipo de combustível conta com 10% de óleo vegetal na estrutura, o que evita 87% das emissões poluentes.

“Essa é uma patente Petrobras, que vai inaugurar a árvore de Natal da Lagoa para mostrar que nós estamos aqui, num lugar privilegiado pela natureza, mas com todo o respeito a ela, com diesel renovável, evitando toda a agressão possível do ambiente”, finalizou.

REDUC

Pastor ligado ao CV e suspeito de extorquir empresas é preso

RAYANDERSON GUERRA/AE

A Polícia Civil do Rio prendeu ontem, um pastor que atuava como intermediador do Comando Vermelho para extorquir empresas no entorno da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), em Duque de Caxias, na região metropolitana do Rio. De acordo com o governo, mais três suspeitos foram presos.

Segundo a Polícia Civil, o líder religioso integra uma associação criminosa responsável por extorsões sistemáticas contra empresas que atuam na região. O pastor se apresentava como representante comunitário, impondo regras ditadas pelo chefe do tráfico. De acordo com as investigações, ele citava a proibição de permanência de caminhões nos pátios, imposição de contratação de moradores específicos, ligados aos traficantes, e oferta de “mediação” para evitar represálias.

O inquérito traz relatos de representantes empresariais, termos de declaração e atas do Ministério do Trabalho que demonstram que as empresas foram obrigadas a interromper suas atividades por diversos dias por ameaças feitas pelo grupo criminoso. A investigação da Polícia Civil identificou que sindicatos e associações de fachada vinham sendo instrumentalizados pelo tráfico para pressionar as empresas. Policiais civis da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Capital (DRE-CAP), da Baixada Fluminense (DRE-BF) e da 60ª DP (Campos Elíseos) participaram da “Operação Refinaria Livre”.

O grupo é liderado pelo che-

fe do tráfico de drogas na região, Joab da Conceição Silva, integrante do Comando Vermelho. Os policiais cumprem mandados de prisão temporária e de busca e apreensão.

EXPLOSIVOS

No início deste mês, o pastor já havia sido foi preso em Betim (MG) durante a “Operação Aves de Rapina”, transportando uma pistola e seis granadas artesanais, além de munições e valores em espécie. Ele admitiu ter levado os artefatos explosivos desde Duque de Caxias para realizar ações de intimidação e interrupção de serviços na Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Minas Gerais, a pretexto de atender a um “movimento grevista” organizado por sindicatos alinhados ao grupo criminoso. No veículo, também estava o presidente de uma associação de empresas de transporte de combustível.

COMO FUNCIONAVA

De acordo com as investigações, as empresas instaladas na área industrial da Reduc eram forçadas a pagar valores mensais ao tráfico, sob ameaça de incêndio de caminhões, agressões a funcionários, interrupção violenta das atividades produtivas e impedimento de acesso às instalações industriais.

Segundo os policiais, integrantes da associação criminosa infiltravam-se em setores industriais, controlando ilegalmente processos de contratação, indicando candidatos sem qualificação, interferindo em processos seletivos, e cobrando vantagens indevidas em troca de vagas de emprego.

Com domínio dos e-commerces na publicidade, Black Friday acelera disputa por atenção na TV aberta



PAULO PINTO/ABRASIL

POR BÁRBARA SOUZA

O avanço dos e-commerces na corrida pela atenção do consumidor durante a Black Friday ser tornou uma tendência, de acordo com um estudo da Tunad. Analisando as edições de 2021 e 2022 da Black Friday, mostra que as plataformas digitais passaram a dominar as inserções publicitárias na TV aberta e a obter resultados cada vez mais expressivos em termos de interesse imediato do público nos produtos. Isso significa que nesse período de promoções e preços baixos atrativos para o consumidor, os anúncios e publicidades nas mídias tradicionais ainda são mais eficazes para as empresas.

Em 2021, entre 12 e 26 de novembro, Shopee e Amazon já ocupavam o topo das marcas que mais anunciaram, com 13% e 12% das inserções, respectivamente, de acordo com o estudo. Gshop (10%), Vivo (9%), Mercado Livre (7%) e Caa (6%) completavam a lista, enquanto outras empresas somaram 43% do total de anúncios. No ano seguinte, o domínio ficou ainda mais claro. Entre 11 e 25 de novembro de 2022, a Shopee ampliou sua participação para 16%, seguida pela Amazon, com 14%. Claro (9%), Mercado Livre (8%), Ortobom (7%) e Havan (6%) mantiveram o nível de exposição elevado, com o restante das marcas novamente concentrando 43% das inserções.

A análise da Tunad também examinou o uplift médio, que é a alta nas buscas no

Google após a veiculação de anúncios na TV. Em 2022, o Mercado Livre registrou o maior impacto, com 261 pontos, seguido por Shopee (195), Amazon (140), Ortobom (73), Havan (65) e Claro (31). Os números evidenciam como a combinação entre exposição televisiva e conversão digital segue crucial para impulsionar o tráfego e a intenção de compra, especialmente em um momento em que o consumidor está mais sensível a ofertas e estímulos publicitários.

Black Friday 2025: vendas devem alcançar recorde histórico

A expectativa para a Black Friday deste ano acompanha o ritmo de expansão observado na publicidade. Segundo projeções da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), as vendas devem movimentar R\$ 5,4 bilhões nesta sexta-feira (28), o maior volume desde o início da série histórica, em 2010. Se confirmado, o avanço representa um crescimento de 2,4% em relação a 2024.

O resultado ocorre apesar do alto endividamento das famílias, do nível elevado de inadimplência e do encarecimento do crédito. Para o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, fatores como o câmbio mais favorável — a taxa média do dólar caiu 8,3% nos últimos 12 meses — e o menor nível de desemprego da série histórica do IBGE ajudam a sustentar o consumo. No segundo trimestre deste ano, a massa real de rendimentos cresceu 5,5% em comparação ao mesmo período do ano passado.

A CNC estima que 68% das vendas estarão concentradas em hiper e supermercados (R\$ 1,32 bilhão), eletroeletrônicos e utilidades domésticas (R\$ 1,24 bilhão) e móveis e eletrodomésticos (R\$ 1,15 bilhão). Um levantamento diário com 150 itens mostrou ainda que 70% das categorias têm potencial de descontos efetivos, com quedas maiores em papelaria, livros, joias, perfumaria e higiene pessoal.

Com campanhas mais agressivas e domínio crescente dos e-commerces na publicidade televisiva, a Black Friday de 2025 se desenha como uma das mais competitivas, e mais lucrativas, dos últimos anos.

PRISÔ MILITAR

Moraes autoriza Heleno e Nogueira a receberem visitas

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem os generais Augusto Heleno e Paulo Sergio Nogueira a receberem visitas de familiares na prisão. Condenados na ação penal da trama golpista, eles estão presos no Comando Militar do Planalto (CMP), em Brasília. Conforme a decisão, Heleno poderá receber as visitas da esposa, da filha, do genro e do

general Fernando Azevedo e Silva, amigo da família. Nogueira receberá a visita da esposa, filhos, netos e genros. As visitas deverão seguir as regras do CMP. Ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno foi condenado a 21 anos de prisão. Paulo Sergio Nogueira ocupou o cargo de ministro da Defesa durante o governo de Jair Bolsonaro e foi apenado a 19 anos de prisão.

FORAGIDA

Audiência de extradição de Zambelli na Itália é adiada

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

A Justiça italiana adiou a audiência que analisaria o pedido de extradição da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) para o Brasil. Inicialmente prevista para às 9h (horário de Brasília) desta quinta-feira, a sessão foi remarcada para o dia 4 de dezembro, segundo a assessoria da parlamentar.

Zambelli está presa na Itália, para onde fugiu pouco depois do Supremo Tribunal Federal (STF) determinar sua prisão, em junho. Após a fuga, o ministro Alexandre de Moraes determinou que a Advocacia-Geral da União (AGU) tomasse as providências necessárias para que a parlamentar fosse extraditada para o Brasil. A AGU representa o governo brasileiro na ação na Justiça do país europeu.

O processo tramita na Corte de Apelação de Roma. Independentemente da decisão, tanto a defesa da deputada, quanto o Ministério Público italiano, que apresentou parecer favorável à extradição, podem recorrer à Corte de Cassação. A palavra final sobre a extradição de Zambelli caberá ao Ministério da Justiça italiano. Atualmente, a Itália é governada pela primeira-ministra Giorgia Meloni, líder do partido de direita radical Fratelli d'Italia (Irmãos da Itália).

BELO HORIZONTE

Assassino de gari diz que andava armado por ameaça de ex-sócio

EDERSON HISING/AE

O assassino Renê da Silva Nogueira Júnior, de 47 anos, réu pela morte do gari Laudemir de Souza Fernandes, negou em audiência judicial que tenha confessado o crime em interrogatório à Polícia Civil. Ele também justificou que andava armado por ter sofrido ameaças de um ex-sócio.

A Justiça de Minas Gerais ouviu o réu e 12 testemunhas do caso entre a terça-feira passada e quarta-feira. O gari foi morto com um tiro no bairro Vista Alegre, na região oeste de Belo Horizonte, no dia 12 de agosto deste ano. O assassino está preso preventivamente e participou da audiência judicial por videoconferência.

Renê Júnior, que trocou de advogado, afirmou à juíza Ana Carolina Rauhen Lopes de Souza, do Tribunal do Júri, que no dia dos fatos ficou por 30 minutos parado no trânsito para sair do bairro onde mora e que

"teve oportunidade de atirar em outras pessoas, mas não o fez". Ele disse também que jamais atiraria em alguém por estar parado no trânsito. Na audiência judicial, ele não informou diretamente se atirou ou não no gari, embora tenha negado que confessou o crime na delegacia. "Em momento nenhum no meu depoimento tem nada falando que atirei em ninguém, dizendo que sou réu confesso. Eu não atirei em ninguém", disse à juíza. De acordo com a Polícia Civil, a confissão aconteceu no dia 18 de agosto, na sede do Departamento Estadual de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). "Em um novo interrogatório, realizado ontem (18 de agosto), o suspeito de praticar o homicídio, que vitimou o senhor Laudemir de Souza Fernandes, confessou a prática do crime", disse a polícia em nota à época.

CUMPRIMENTO DE PENA

PL suspende salário e atividades de Bolsonaro

GUILHERME CAETANO/AE

O Partido Liberal (PL) suspendeu o salário e as atividades do ex-presidente Jair Bolsonaro após ele começar a cumprir a pena de 27 anos de prisão à qual foi condenado.

O partido informa que vai cancelar as atividades e a remuneração de Bolsonaro, que é presidente de honra do partido, em razão da suspensão dos direitos políticos devido à condenação, "enquanto perdurarem os efeitos do acórdão condenatório na AP (ação penal) 2.668". O partido diz que a medida é para cumprir a lei 9.096/95, cujo artigo 22 prevê que o partido deve "cancelar imediatamente" a filiação partidária de alguém em caso de morte, perda dos

direitos políticos, expulsão, "outras formas previstas no estatuto, com comunicação obrigatória ao atingido no prazo de quarenta e oito horas da decisão" e "filiação a outro partido, desde que a pessoa comunique o fato ao juiz da respectiva Zona Eleitoral".

O salário de Bolsonaro é de R\$ 33.873,67, segundo a prestação de contas do PL ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em agosto, o presidente nacional da legenda, Valdemar Costa Neto, consultou o advogado Marcelo Bessa sobre a possibilidade de manter a remuneração do ex-presidente mesmo com a prisão domiciliar.

Bessa fez um parecer em que conclui ser "juridicamente possível e recomendável que a empresa mantenha ativo o contrato

CÓDIGO PENAL

Lula sanciona lei sobre conversão de flagrante em prisão preventiva

EDUARDO RODRIGUES/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicou no *Diário Oficial da União (DOU)* a sanção integral da Lei 15.272, que altera o Código Penal para incluir circunstâncias que recomendam a conversão de prisão em flagrante em prisão preventiva. O texto também trata sobre a coleta de material biológico para obtenção e armazenamento do perfil genéti-

co do preso.

"São circunstâncias que, sem prejuízo de outras, recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva: I - haver provas que indiquem a prática reiterada de infrações penais pelo agente; II - ter a infração penal sido praticada com violência ou grave ameaça contra a pessoa; III - ter o agente já sido liberado em prévia audiência de custódia por outra infração penal, salvo se por ela tiver sido

absolvido posteriormente; IV - ter o agente praticado a infração penal na pendência de inquérito ou ação penal; V - ter havido fuga ou haver perigo de fuga; ou VI - haver perigo de perturbação da tramitação e do decurso do inquérito ou da instrução criminal, bem como perigo para a coleta, a conservação ou a incolumidade da prova."

De acordo com o texto, o Ministério Público ou a autoridade policial deverá requerer ao juiz a

coleta de material biológico do detido no casos de prisão em flagrante "por crime praticado com violência ou grave ameaça contra a pessoa, por crime contra a dignidade sexual ou por crime praticado por agente em relação ao qual existam elementos probatórios que indiquem integrar organização criminosa que utilize ou tenha à sua disposição armas de fogo ou em relação ao qual seja imputada a prática de crime hediondo".

DOENTINHO

Bolsonaro tem crise de soluço e passa por atendimento médico

O ex-presidente Jair Bolsonaro recebeu atendimento médico ontem na Superintendência da Polícia Federal (PF), em Brasília, onde está preso para cumprir pena de prisão pela trama golpista.

De acordo com os vereadores Carlos Bolsonaro (PL-RJ) e Jair Renan (PL-SC), filhos do ex-presidente, ele foi atendido após apresentar nova crise de soluços.

Pelas redes sociais, Carlos in-

formou que os soluços começaram durante a última noite e persistiram durante o dia.

As crises de soluços de Bolsonaro são decorrentes das diversas cirurgias realizadas em função da facada desferida contra o

ex-presidente durante a campanha eleitoral de 2018.

Atualmente, Bolsonaro cumpre pena de 27 anos e três meses de prisão em uma sala localizada na Superintendência da PF.

SENADO

Relator da indicação de Messias trabalhará para melhorar o clima

GUILHERME CAETANO/AE

O relator da indicação de Jorge Messias (**foto**) ao Supremo Tribunal Federal (STF), o senador Weverton Rocha (PDT-MA), afirmou ontem, que vai trabalhar para desanuviar o clima no Senado para facilitar a vida do escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Advogado-geral da União, Messias enfrenta uma insatisfação de parte do Senado pela recusa de Lula em acolher a indicação do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), para a vaga aberta com a aposentadoria de Luís Roberto Barroso. O presidente rechaçou a sugestão pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Mais cedo, Weverton afirmou ao jornal O Globo, antes de uma reunião com Messias em seu gabinete, que "jogaram uma granada sem pino" no colo dele, em tom de brincadeira. Depois do encontro, que durou cerca de uma hora e meia, ele afirmou ter se referido à dificuldade da tarefa.



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

"Quando eu disse que jogaram uma granada sem pino, eu percebi que há um movimento forte... que não vai ser fácil. As últimas indicações não foram fáceis. Se pegarem (de exemplo) André Mendonça e Flávio Dino, eles passaram com poucos votos de diferença (na votação no Senado). O PGR, a mesma coisa", declarou Weverton, referindo-se ao procurador-geral da República, cuja nomeação ou recondução também depende de aprovação no Senado.

"Agora vou atrás do pino para

não deixar essa granada explodir", disse em seguida. Ele voltou de uma viagem a Roma na noite de quarta-feira, 26, e disse que precisa se "inteirar" da situação, conversar com Alcolumbre e, depois, procurar os demais líderes do Senado.

Weverton afirmou ter ficado "honrado" com a missão de relatar a indicação, mas que ela é difícil "até pelo clima". Como mostrou o Estadão, Alcolumbre não atendeu nem retornou às ligações de Messias desde que foi indicado por Lula - num gesto

que foi lido tanto como indelica-

deza como quanto um sinal de que o senador vai trabalhar para dificultar a vida do AGU.

"Estamos num ano que está praticamente em calendário eleitoral. Com isso, acaba repercutindo em muitos movimentos. Cada momento aqui do Congresso tem que ser devidamente respeitado. Vou entender como está o ambiente da Casa e vamos trabalhar, preparar meu relatório e levar para a comissão, conversar com meus colegas", disse ele. Na quarta-feira, quando começou o périplo por gabinetes do Senado para conversar com os responsáveis por sua eventual aprovação, Messias disse a jornalistas que esperava ser atendido por Alcolumbre em algum momento, e que trabalhava para isso. A sabatina foi marcada para 10 de dezembro por Alcolumbre. O prazo é considerado curto, uma vez que Messias precisa reunir 41 votos favoráveis entre os 81 senadores para ser aprovado em plenário.

LIÇANÇA AMBIENTAL

Congresso derruba 56 vetos de Lula ao PL da Devastação

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O Congresso Nacional derrubou, ontem, 56 vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) ao projeto de lei (PL) que elimina ou flexibiliza regras para o licenciamento ambiental no Brasil. O texto foi apelidado pelos críticos de “PL da Devastação”. No total, foram analisados 59 vetos.

Os parlamentares apreciaram ainda 28 destaques apresentados pelo PT e PSOL, como forma de tentar manter os vetos presidenciais. Na Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados por 295 votos a 167. No Senado, foram 52 a 15 pela derrubada.

O governo conseguiu, por outro lado, adiar a análise de sete dos vetos referentes ao Licenciamento Ambiental Especial (LAE), nova modalidade criada que previa o licenciamento de forma simplificada e com “fase única” para obras consideradas “estratégicas”.

Ao vetar o dispositivo da LAE, o Executivo editou a Medida Provisória (MP) 1308 de 2025, mantendo a previsão desse instrumento ambiental. Porém, em vez de licenciamento em fase única, a MP editada pelo governo prevê equipes exclusivas destinadas para dar celeridade aos licenciamentos de obras consideradas estratégicas, mantendo todas as fases hoje previstas para liberação de empreendimentos.

O relator da MP 1308 na Câmara é o deputado Zé Vitor (PL-MG). A medida precisa ser analisada até o dia 5 de dezembro para não perder a validade. A comissão que analisa a MP é presidida pela senadora Tereza Cristina (PP-MS), importante liderança da bancada ruralista no Parlamento.

Apoiado pelo agronegócio e setores empresariais, o PL do Licenciamento Ambiental vem sendo denunciado como grave retrocesso por organizações ambientalistas e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Com a derrubada dos vetos, são retomados dispositivos como o que autoriza o autolicensing para obras de porte médio, chamado de Licença por Adesão e Compromisso (LAC). Essa modalidade requer apenas um compromisso dos empreendedores para liberação das



RICARDO STUCKERT

obras, sem os estudos ambientais exigidos atualmente.

A derrubada dos vetos permite ainda transferir a definição dos parâmetros ambientais do licenciamento da União para estados e Distrito Federal (DF); retira atribuições de órgãos ambientais como Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e limita a consulta aos povos indígenas e comunidades quilombolas afetados pelos empreendimentos.

O Legislativo ainda derrubou o veto do governo que impediu retirar a Mata Atlântica do regime de proteção especial para supressão de floresta nativa. A derrubada do veto reduz as exigências para desmatar o bioma que mantém atualmente cerca de 24% da vegetação original.

O Observatório do Clima, que reúne 161 organizações sociais e ambientais, afirma que a derrubada desses vetos é o maior retrocesso ambiental da história do país, e logo após a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém (PA).

"Manter os vetos de Lula é crucial para impedir o esvaziamento do licenciamento ambiental, o principal instrumento de prevenção de danos ambientais do país, criado há mais de quatro décadas pela Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981", disse o Observatório, em nota.

Alcolumbre pauta tema após COP30.

Deputados e senadores favoráveis aos vetos do presidente Lula criticaram o presidente do Congresso, o senador Davi Alcolumbre (União-AP), por pautar o tema após a COP30, enquanto há muitos outros vetos na fila para serem apreciados.

Alcolumbre argumentou que

a votação do licenciamento ambiental era necessária para desativar o processo legislativo.

"Há regiões inteiras aguardando que o Congresso finalize essa discussão para que grandes projetos saiam do papel, gerando empregos, renda e crescimento econômico — sempre com responsabilidade ambiental", disse o presidente do Senado.

O deputado federal Nilto Tatto (PT-SP), falando como líder do PT, destacou que a votação do tema após a COP30 reflete uma decisão política de setores privados que querem flexibilizar as regras ambientais no Brasil.

"O momento em que se está trazendo para votar, logo depois da Conferência do Clima, tem uma posição política de setores que desnorream o debate do licenciamento ambiental para defender interesses menores e não interesses do país, não interesses da sociedade brasileira", disse.

DEBATE

A senadora Eliziane Gama (PSD-MA) avaliou que a derrubada dos vetos vai aumentar o desmatamento ao transferir para os estados e o Distrito Federal a responsabilidade por definir parâmetros e critérios para o licenciamento ambiental.

"Vai se criar uma verdadeira guerra ambiental na tentativa de levar algum tipo de empreendimento sem o devido rigor e, portanto, [sem] a proteção dos nossos biomas e do nosso meio ambiente", afirmou.

O deputado José Vitor (PL-MG) argumentou, por outro lado, que o projeto aprovado respeita o meio ambiente e que o atual modelo de licenciamento no Brasil impede a realização de obras. Ele ainda defendeu a ex-

clusão do Ibama dos processos de liberação de obras.

"Nenhum de nós aqui está abrindo mão para qualquer flexibilização ou qualquer ponto que coloque em risco o meio ambiente. Depois de um órgão ambiental, como uma secretaria de estado de meio ambiente, fazer toda a análise técnica e conceder uma autorização, que, mesmo assim, precisava do carimbo do Ibama, um carimbo que, de fato, não protege nada", afirmou.

O líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), defendeu que o Brasil explore suas riquezas.

"[O governo] quer colocar travas no agronegócio, que é a única coisa que ainda está dando certo, economicamente, no Brasil. Aí querem colocar aqui o veto no licenciamento ambiental votado por essas duas Casas. O verdadeiro Brasil que nós temos é o Brasil que explora as suas riquezas do agro", afirmou.

Por sua vez, o deputado federal Túlio Gadêlha (Rede-PE) argumentou que os atrasos que, eventualmente ocorrem, no processo de licenciamento ambiental é resultado do desmonte praticado contra os órgãos ambientais ao longo dos anos.

"Se existe morosidade hoje é por conta do desmantelamento do governo anterior com relação à pauta ambiental, que retirou salários, diárias, combustível e instrumentos para que esses servidores pudessem agir", comentou.

Gadêlha também criticou que órgãos ambientais como Ibama, Funai, Iphan e outros passam a ter um caráter de "observador" sem que os seus pareceres tenham "caráter vinculante" nos processos de licenciamento.

CRÉDITO

Congresso aprova R\$ 42 bi para Bolsa Família e Previdência

LUCAS PORDEUS LEÓN/ ABRASIL

Os deputados e senadores aprovaram, nesta quinta-feira (27), dois projetos de lei do Congresso Nacional (PLN), de autoria do Executivo. O PLN 14/2025 abre crédito suplementar de R\$ 42,2 bilhões para Seguridade Social e para o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Segundo o governo, o dinheiro adicional é necessário para honrar compromissos deste ano para programas de benefícios previdenciários e Bolsa Família. Dos R\$ 42 bilhões previstos, 52% vão para Seguridade Social e 47% para a assistência social.

Na mesma sessão, o Congresso Nacional ainda aprovou o PLN 31 de 2025, que aumenta em 8,6 mil o número de cargos efetivos no Ministério da Educação (MEC). Essa proposta também contempla ajustes salariais de cargos e criação de funções comissionadas para as forças de segurança do Distrito Federal e do Superior Tribunal de Justiça (TSJ).

A deputada federal Erika Kokay (PT-DF) comemorou a aprovação do PLN 31 dizendo que o projeto valoriza a segurança e a população da capital do país.

"O PLN que vai assegurar que os acordos que foram feitos na mesa de negociação com a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil do Distrito Federal possam ter lastro orçamentário", explicou.

Por outro lado, o senador Rogério Marinho (PL-RN) criticou trecho da proposta do governo que estabelece recursos de operações de crédito para suplementação do Bolsa Família e Previdência a serem incorporados no orçamento da União por decreto presidencial.

Para ele, a medida elevará a dívida pública em busca de R\$ 12 bilhões a mais para o Bolsa de Família. "O governo propõe que esse recurso seja incorporado ao orçamento da União através de decreto, ou seja, vai permitir literalmente um cheque em branco sem aquiescência, sem anuência, sem a fiscalização do Legislativo Federal", acrescentou.

FRAUDE

CPMI do INSS aprova dois pedidos de prisão preventiva

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS aprovou, nesta quinta-feira (27), 393 requerimentos feitos pelos parlamentares que compõem o colegiado. Entre eles, dois pedidos de prisão preventiva:

- Da presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB), Cecília Rodrigues Mota, que prestou depoimento à CPMI;
- Do empresário João Carlos Camargo Júnior, o "alfaiate dos famosos.", que teria feito movimentações financeiras com vários dos investigados pela CPMI e pela Polícia Federal (PF).

Os demais requerimentos aprovados foram de pedidos de informação, acareações e solicitação de bloqueio de bens de investigados.

Parlamentares da base governista e da oposição concordaram em retirar da pauta da comissão 86 requerimentos que não tinham consenso. Estes serão apreciados na próxima semana, em votação nominal.

Entre os adiamentos, está a análise da convocação coercitiva do advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, para prestar esclarecimentos gerou polêmica entre os parlamentares. Messias já foi convidado a comparecer na CPMI e não compareceu.

Desde a manhã desta quinta-feira, a CPMI do INSS também

ouve o depoimento de Mauro Palombo Concílio, contador de empresas suspeitas de terem recebido recursos milionários vindos de descontos indevidos de benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

RESSARCIMENTO

O Ministério da Previdência Social informou à Agência Brasil já ter restituído R\$ 2,56 bilhões, a 3,75 milhões a aposentados e pensionistas lesados pelo esquema que realizava descontos ilegais dos benefícios previdenciários pagos pelo INSS.

Os dados consideram os pagamentos agendados até 17 de novembro.

De acordo com a pasta, 6.194.347 segurados do instituto questionaram algum desconto em seus benefícios, sendo que 97,9% deles não reconheceram os descontos feitos em seus benefícios.

Do total de registros abertos, 4.841.364 estão aptos a aderir ao ressarcimento do governo federal.

Até 14 de fevereiro de 2026, os beneficiários ainda podem abrir pedidos de ressarcimento pelos canais oficiais do INSS: Aplicativo ou pelo site Meu INSS, com login no Portal Gov.br; Telefone 135, com atendimento gratuito de segunda a sábado, das 7h às 22h; e as agências dos Correios, que oferecem suporte gratuito em mais de 5 mil unidades.

Nota

ANVISA DETERMINA RECOLHIMENTO DE LAVA-ROUPAS YPÊ CONTAMINADOS POR BACTÉRIA

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou na quarta-feira passada, o recolhimento de lotes de sabão líquido para roupas da marca Ypê por contaminação microbiológica. De acordo com a agência, uma análise conduzida pela própria fabricante constatou a presença da bactéria *Pseudomonas aeruginosa* nos produtos. Foram reprovados os seguintes lotes. A Ypê afirma que recolherá também o lote 097021 do lava-roupas líquido Tixan Ypê - versão Maciez. Além do recolhimento, a medida da agência estipula a suspensão da comercialização, distribuição e uso dos lotes reprovados, conforme publicação no Diário Oficial da União. Em comunicado publicado em seu site, a Ypê orienta aqueles que possuem produtos desses lotes a entrarem em contato com o serviço de atendimento ao consumidor (SAC) pelo número 0800-1300-544.

'Perde o Brasil', diz Gleisi sobre derrubada de vetos do licenciamento

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (**foto**), disse ontem que a derrubada por parte do Congresso Nacional dos vetos à Lei de Licenciamento Ambiental é uma perda não para o governo, mas para o Brasil.

"Perdem o meio ambiente, a proteção dos nossos biomas, a segurança dos alimentos e da saúde da população, os indígenas e quilombolas, a reputação dos produtos que exportamos", afirmou a ministra.

Ontem, o Congresso Nacional derrubou 56 dos 63 vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei (PL) que elimina ou flexibiliza regras para o licenciamento ambiental no Brasil. O texto foi apelidado pelos críticos de "PL da Devastação".

Gleisi disse ainda que a decisão dos parlamentares contradiz o esforço que o Brasil acabou de fazer durante a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém (PA), na direção de enfrentar as mudanças climáticas.

ENTENDA

- ◆ O projeto de lei que reduz exigências para licenciamento



ANTONIO CRUZ/ABRASIL

ambiental havia sido aprovado pela Câmara em julho e recebeu duras críticas de ambientalistas e entidades de setor. Em agosto, o presidente Lula sancionou o projeto ventando 63 dos 400 dispositivos propostos.

Ontem, diante da possibilidade da análise dos vetos pelo Congresso Nacional, o governo

divulgou nota defendendo sua manutenção.

De acordo com o governo, os vetos foram definidos após avaliações técnicas e jurídicas rigorosas, com participação da comunidade científica e de diversos setores da sociedade. E levariam em consideração o cenário recente de desastres ambientais

e climáticos no país.

As medidas, afirma o Planalto, também buscam assegurar segurança jurídica a empreendimentos e investidores; incorporar inovações que tornem o licenciamento mais ágil, sem comprometer a qualidade; e garantir os direitos de povos indígenas e comunidades quilombolas.

GUARDA NACIONAL

Tiroteio em Washington é investigado como ato terrorista, afirma FBI

Kash Patel, diretor do FBI, anunciou ontem, que o ataque a tiros contra dois soldados da Guarda Nacional em Washington é investigado como um ato de terrorismo. "Trata-se de uma investigação em curso por terrorismo", declarou Patel em uma coletiva de imprensa.

Autoridades locais disseram que o suspeito de 29 anos estava sob custódia e que aparentemente agiu sozinho. O tiroteio ocorreu a poucos quarteirões da Casa Branca, na véspera do Dia de Ação de Graças.

Segundo Jeffery Carroll, chefe assistente executivo do Departamento de Polícia Metropolitana de Washington, o atirador surgiu de uma esqui-na, levantou a arma e atirou contra os membros da Guarda Nacional. O suspeito também foi baleado, embora não esteja claro quem o feriu.

Atirador entrou nos EUA por meio de programa migratório

A secretária de Segurança Interna dos EUA, Kristi Noem, disse que o suspeito entrou nos EUA em setembro de 2021 por meio de um programa conhecido como Operação Aliados Bem-Vindos.

O programa migratório foi desenvolvido durante o governo Biden depois que o Taleban retornou ao poder no Afeganistão em agosto de 2021. Ele permitiu a entrada de cidadãos afegãos aos Estados Unidos com concessões de per-

manência temporária de dois anos, mas sem nenhum tipo de status de imigração permanente.

Os afegãos inscritos no programa passaram por uma inspeção e foram alojados em bases militares dos EUA em todo o país antes de serem inseridos no país.

PROGRAMA

O programa foi lançado pelo governo Biden como uma forma de ajudar os afegãos que foram cruciais em auxiliar as tropas americanas no país e o esforço de Washington em remodelar a sociedade civil no Afeganistão. A ideia era proteger aqueles que poderiam sofrer retaliações do Taleban se continuassem no Afeganistão.

O governo Biden enfatizou que a proposta incluía verificações de antecedentes e de segurança. O Serviço de Pesquisa do Congresso estimou que cerca de 77 mil afegãos entraram nos EUA sob o programa, que esteve em vigor por cerca de um ano.

A Operação Aliados Bem-Vindos foi criticada por republicanos na época do lançamento, incluindo congressistas que questionaram os métodos de checagem.

O Inspetor Geral do Departamento de Segurança Interna encontrou algumas falhas no programa, incluindo imprecisões de dados nos arquivos de alguns dos indivíduos que passaram pela iniciativa.

PRIMEIRA VIAGEM

Leão XIV: mundo vive ‘terceira guerra mundial em pedaços’

Em sua primeira viagem internacional, o papa Leão XIV (foto) fez um apelo pela paz e pediu ao presidente da Turquia, onde desembarcou ontem, que desempenhe um papel "estabilizador" em um contexto mundial "fortemente conflituoso".

O pontífice chegou a Ancara pouco depois do meio-dia. Ele foi recebido no palácio presidencial pelo chefe de Estado, Recep Tayyip Erdogan, com a execução dos hinos do Vaticano e da Turquia e salvas de canhão. "Senhor presidente (Erdogan), que a Turquia seja um fator de estabilidade e aproximação entre os povos, a serviço de uma paz justa e duradoura", afirmou o pontífice.

"Hoje, mais do que nunca, precisamos de pessoas que promovam o diálogo e o pratiquem com firmeza e paciência. Depois da época da construção das grandes organizações internacionais, que se seguiu às tragédias das duas guerras mundiais, estamos atravessando uma fase de grande conflito a nível global, em que prevalecem estratégias de poder econômico e militar", alimentando o que o Papa Francisco chamou de "terceira guerra mundial em pedaços" - ou seja, aos poucos, de forma fragmentada.

A viagem ocorre em meio a tensões no Oriente Médio e forte atenção da mídia dos Estados Unidos, já que ele é o primeiro



RICARDO STUCKERT/PR

papa americano. Na Turquia, Leão participa das comemorações dos 1.700 anos do Concílio de Niceia, rezeirá com o patriarca ecumênico Bartolomeu e assinará uma declaração conjunta como gesto de unidade entre católicos e ortodoxos.

Ao chegar, o Papa cruzou uma capital tomada pelas forças de segurança até o mausoléu de Mustafa Kemal Atatürk (1881-1938), fundador da Turquia moderna e símbolo da República laica.

Nos últimos anos, o status laico do país tem sido questionado

pelo aumento do nacionalismo religioso e pela politização de símbolos como a basílica de Santa Sofia, em Istambul, transformada em mesquita em 2020. Apesar disso, o Vaticano busca manter o diálogo com Ancara, que considera fundamental para a paz na região.

A Santa Sé reconhece o esforço feito pela Turquia para acolher em seu território mais de 2,5 milhões de refugiados, em sua grande maioria sírios, segundo as autoridades. Nesse sentido, o líder dos católicos seguiu os passos de seu antecessor, Francisco, ao criticar recentemente o tratamento "extremamente desrespeitoso" dirigido aos migrantes pela administração americana de Donald Trump.

No Líbano, buscará apoiar cristãos e outras comunidades afetadas pela crise, além de rezeir no local da explosão do porto de Beirute, em 2020. O papa falará em inglês na Turquia e em inglês e francês no Líbano, abandonando o italiano. O Vaticano diz que não houve medidas extras de segurança, embora a região viva novo aumento de tensão após ataques recentes.

Leão também deverá tratar de paz regional, relações inter-religiosas e migração. Líderes locais esperam que ele cobre justiça por uma explosão no porto de Beirute, em 2020, e ofereça apoio aos jovens libaneses diante da crise econômica.

NAÇÕES UNIDAS

Argentina lança Grossi como candidato a secretário-geral da ONU

PEDRO LIMA/AE

O governo da Argentina formalizou a candidatura do embaixador Rafael Mariano Grossi ao cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas (ONU) para o período 2027-2031. Atual diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Grossi é descrito como um diplomata com mais de quatro décadas de serviço e liderança reconhecida, tendo sido reeleito para um segundo mandato no órgão em 2023.

No texto, Buenos Aires argumenta que Grossi reúne

qualificações que o tornam um nome competitivo para suceder o atual secretário-geral, António Guterres.

Segundo o comunicado, sua atuação no AIEA foi marcada por "uma gestão aberta, eficiente, presente e de resultados evidentes", além de um histórico de participação em crises globais como "interlocutor imparcial e eficaz".

O anúncio enfatiza ainda o "profundo conhecimento do sistema multilateral" de Grossi, descrito como "um candidato de excelência" para liderar as Nações Unidas no próximo mandato.

TENSÃO COM A RÚSSIA

França anuncia serviço militar voluntário para jovens

O presidente da França, Emmanuel Macron, anunciou ontem, um novo serviço militar voluntário de 10 meses para jovens de 18 e 19 anos, previsto para começar no próximo ano. A medida, apresentada na base militar de Varcès, nos Alpes franceses, busca reforçar a capacidade de defesa da França diante do avanço das tensões com a Rússia.

Os voluntários atuarão exclusivamente em território fran-

cês e ultramarino, sem participação em missões no exterior. O programa começa no próximo verão com 3 mil jovens e deve alcançar 10 mil por ano até 2030, com ambição de chegar a 50 mil em 2035. Eles receberão salário, equipamentos e um mês de treinamento, seguido de nove meses integrados a unidades militares, desempenhando funções semelhantes às de militares ativos. Ao final, ingressarão na reserva.

Macron descartou o retorno do serviço militar obrigatório, abolido em 1996, mas afirmou que, em circunstâncias excepcionais, o Parlamento pode tornar o serviço compulsório para jovens com habilidades específicas identificadas em cursos de defesa. A iniciativa faz parte do plano de ampliar os investimentos militares, que incluirão 6,5 bilhões de euros extras nos próximos dois anos.

O país pretende elevar o orçamento anual de defesa a 64 bilhões de euros em 2027, o dobro do nível de 2017. O país tem cerca de 200 mil militares ativos e mais de 40 mil reservistas, número que pretende ampliar para 100 mil até 2030. A França segue tendência de outros países europeus que reforçam suas forças armadas, como Alemanha, Bélgica e Polônia, em meio ao aumento das tensões com Moscou.

COMPEXO RESIDENCIAL

Hong Kong: incêndio é o mais mortal em décadas; mais de 60 morreram

O incêndio que atingiu um complexo de prédios residenciais na quarta-feira passada, em Hong Kong já é o mais mortal em décadas na região. Até o momento, 65 óbitos foram confirmados. A última vez que um incêndio de proporções semelhantes havia sido registrado em Hong Kong foi em 20 de novembro de 1996, quando 41 pessoas morreram em um prédio comercial no distrito de Kowloon. O combate às chamas durou cerca de 20 horas.

No caso do incêndio que atinge o complexo Wang Fuk Court, no distrito de Tai Po, o combate ao fogo já dura mais de 24 horas. As autoridades locais disseram ontem, que as chamas foram extintas em quatro edifícios e estão sob controle em outros três.

Nas janelas dos prédios carbonizados e em ruínas, ainda é possível ver pequenas chamas alaranjadas. Com o incêndio quase totalmente controlado, os bombeiros percorrem os

apartamentos com lanternas, em meio à fumaça densa, à procura de vítimas que ainda não tenham sido resgatadas.

O chefe do Executivo de Hong Kong, John Lee, disse nesta quinta-feira que 279 pessoas ainda não foram localizadas. No entanto, não se sabe se elas estão presas nos escombros ou se conseguiram buscar abrigo em outro lugar. "(Os socorristas estão) enfrentando altas temperaturas e subindo cuidadosamente andar por andar, realizando buscas minuciosas e tentando resgatar pessoas o mais rápido possível", disse o vice-diretor do Corpo de Bombeiros, Wong Ka Wing. "Não descartamos a possibilidade de resgatar mais feridos."

Um bombeiro está entre os 65 mortos. Outras 70 pessoas ficaram feridas e mais de 900 foram resgatadas e levadas para abrigos temporários. Apesar de estarem em segurança, muitos moradores seguem aflitos. Lawrence Lee, que foi levado a um

abrigo, perdeu contato com a mulher e acredita que ela ainda esteja presa dentro do apartamento. "Quando o incêndio começou, eu disse a ela por telefone para escapar. Mas assim que ela saiu do apartamento, o corredor e as escadas estavam cheios de fumaça e tudo estava escuro, então ela não teve escolha a não ser voltar para o apartamento", afirmou.

Já Winter e Sandy Chung, que viram faíscas voarem enquanto fugiam, disseram estar preocupados com sua casa. "Não consegui dormir a noite toda", afirmou Winter.

A principal suspeita é de que o fogo tenha começado em andaimes de bambu e redes de proteção de obra instalados nos prédios. Apenas um dos oito edifícios do complexo, que abrigava milhares de pessoas, não foi atingido.

As autoridades acreditam que alguns materiais das paredes externas não atendiam aos padrões de resistência ao fogo,

o que permitiu a propagação rápida das chamas. Os agentes também encontraram isopor - altamente inflamável - nas janelas de cada andar, próximo ao hall do elevador, na única torre que não foi afetada.

Dois diretores e um consultor de engenharia de uma construtora foram presos por suspeita de homicídio culposo. "Temos motivos para acreditar que os responsáveis pela construtora foram extremamente negligentes", disse a superintendente sênior da polícia de Hong Kong, Eileen Chung.

O nome da empresa à qual os três homens estão vinculados não foi divulgado. No entanto, policiais cumpriram um mandado de busca no escritório da Prestige Construction & Engineering Company, que, de acordo com a Associated Press, era responsável pelas reformas no Wang Fuk Court. Caixas de documentos foram apreendidas. Procurada pela AP, a empresa não atendeu às ligações.

GUERRA

Ucrânia consegue empréstimo com FMI, mas quer ativos russos

THAIS PORSCH/AE

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e as autoridades ucranianas chegaram a um acordo preliminar sobre um conjunto de políticas macroeconômicas para um novo arranjo de US\$ 8,1 bilhões em 48 meses sob o Mecanismo de Financiamento Ampliado (EFF, a sigla em inglês).

Segundo comunicado divulgado na quarta-feira, a instituição mantém seu compromisso de engajamento com a Ucrânia, e um novo programa pode ser submetido ao Conselho Executivo para aprovação, após a conclusão das ações prévias. "O FMI acolhe todos os esforços para garantir uma paz duradoura, e o programa será recalibrado conforme necessário em cada revisão", afirmou o chefe do FMI, Kristin Lagarde.

são, dependendo do progresso em direção a uma resolução da guerra", acrescentou

Ontem, o ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Andriy Sybiha, pediu aos parceiros da União Europeia que aprovelem uma decisão para usar ativos russos congelados, visando apoiar 140 bilhões de euros em empréstimos à Kiev. "É importante para nós receber um resultado positivo em relação ao empréstimo de reparação, ou seja, o uso efetivo dos ativos russos congelados", disse Sybiha a repórteres, segundo a Reuters.

Em paralelo, o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, anunciou nesta quinta que delegações de seu país e dos EUA se reunirão esta semana para avançar as negociações em Genebra, visando trazer paz.